

ESTUDO DO GRAU DE ADERÊNCIA DAS NOTAS EXPLICATIVAS DE EMPRESAS LISTADAS NO SEGMENTO DO NOVO MERCADO (BM&FBOVESPA) AO CPC 04 (R1) ENTRE 2013 E 2016*

Matheus Vieira da Cunha Ribeiro**

Romina Batista de Lucena de Souza***

Resumo

O objetivo do estudo foi verificar o grau de aderência dos Ativos Intangíveis nas Notas Explicativas aos CPC 04, de empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA para o período 2013/2016, assim como verificar a existência de relações entre o nível de evidenciação e outras variáveis mercadológicas. O estudo foi desenvolvido com abordagem descritiva, documental tendo sido empregada a técnica de análise do conteúdo - sendo a tipologia de pesquisa qualitativo-quantitativo - por meio de checklist com 14 itens divididos entre os critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação, nas 30 empresas. Os resultados obtidos mostram que as empresas analisadas apresentaram um alto grau de aderência a norma, com poucos destaques negativos. O estudo ainda revelou que existe uma relação entre o nível de evidenciação contábil e o grau de intangibilidade, apesar de não ter revelado relação evidente entre o nível de evidenciação e o investimento em Ativos Intangíveis. O critério de evidenciação apresentou (59,90%) de aderência, enquanto que os critérios de reconhecimento (80,79%) e mensuração (80,72%), esses últimos apresentaram alto desempenho indicando um maior zelo das empresas para suas elaborações. Já as análises bivariadas entre o grau de aderência da norma e o grau de investimento em Ativos Intangíveis não apresentou relação nos testes efetuados, ao contrário da análise entre o grau de intangibilidade e o grau de aderência, que apresentou relação significativa entre as variáveis, como presumido pela Teoria da Evidenciação.

Palavras chaves: Ativos Intangíveis. Notas Explicativas. Teoria da Evidenciação.

* Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no primeiro semestre de 2018, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis

** Discente. Acadêmico do curso de graduação em ciências contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (matheus.vcr@outlook.com)

*** Orientadora. Graduação em ciências contábeis pela Universidade Federal de Roraima (1994), mestrado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000) e doutorado em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008) Professora Associada do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS e do PPGCONT-UFRGS. (rominabls@gmail.com)

Abstract

The objective of the study was to verify the adherence degree of Intangible Assets in the Notes to CPC 04 of companies listed on the Novo Mercado of BM & FBOVESPA for the period 2013/2016, as well as to verify the existence of relations between the level of disclosure and another variables marketing. The study was developed with a descriptive and documentary approach, using the content analysis technique – with a qualitative and quantitative research typology - through a checklist with 14 items divided among the criteria of recognition, measurement and disclosure in the 30 companies. The obtained results show that the companies analyzed presented a high adherence degree to the norm, with few negative highlights. The study also revealed that there is a relationship between the level of accounting disclosure and the degree of intangibility, although it did not reveal an evident relationship between the level of disclosure and the investment in Intangible Assets. The criterion of disclosure presented (59.90%) adherence, while the criteria of recognition (80.79%) and measurement (80.72%), the latter presented high performance indicating a greater zeal of the companies for their elaborations. However, the bivariate analysis between the degree of adherence of the standard and the degree of investment in Intangible Assets was not related to the tests carried out, as opposed to the analysis between the degree of intangibility and the adherence degree, which presented a significant relation between variables, such as presumed by the Theory of Evidence. Keywords: Intangible Assets. Notes. Disclosure.

1 INTRODUÇÃO

O princípio da contabilidade é a geração de informação útil e relevante, que permita aos gestores, assim como os investidores e analistas de mercado, tomarem decisões conscientes visando a obtenção de benefícios econômicos. Como elucida Lopes e Martins (2007, p.51), o processo contábil se sustenta sobre três pilares: reconhecimento, mensuração e evidenciação. As três etapas podem coexistir ao longo do processo contábil, exercendo mais ou menos influencia dependendo das intenções dos gestores. Contudo, ao término do processo, todos os critérios devem ser cumpridos, de maneira a minimizar a assimetria informacional.

As Notas Explicativas possuem papel nessa estrutura, conforme Gallon, Beuren e Hein (2008, p. 142), o objetivo das Notas Explicativas é gerar uma “[...] quantidade e qualidade maior na divulgação das informações contábeis, de maneira oportuna e uniforme para todo o mercado,

além de proporcionar credibilidade aos gestores junto ao mercado de capitais [...]”, propiciando um equilíbrio entre os direitos de investidores e proprietários das empresas. Dessa forma, as Notas Explicativas são vistas como sinônimo de evidenciação contábil, pois “[...] a evidenciação envolve a ação de demonstrar para os usuários externos à organização o processo de reconhecimento e mensuração realizado”. (LOPES, MARTINS, 2007, p.51).

Os Ativos Intangíveis, talvez mais do que qualquer outro grupo de contas, precisa das ferramentas de evidenciação concisas e claras, tanto por ser um grupo relativamente novo para a realidade contábil no Brasil, quanto pela já exploração de seus recursos em outras economias ao longo das últimas décadas. Uma má gestão das informações pode implicar em uma redução por parte das empresas, no investimento de Ativos Intangíveis, como ressalva Perez e Famá (2006, p. 16), pois depende da consciência dos gestores, da importância dos Ativos Intangíveis para investimentos de longo prazo, limitando muitas vezes esses investimentos, devido a estarem “[...] excessivamente preocupados com resultados e métricas de curto prazo, como o lucro por ação, por exemplo”. Tendo exposto a relevância das Notas Explicativas para a qualidade das informações contábeis divulgadas ao mercado a proposta de pesquisa elaborada é: Qual o Grau de Aderência das Notas Explicativas das empresas listadas no segmento Novo Mercado da BM&FBovespa, ao CPC 04 (R1) entre 2013 a 2016?

A fim de responder ao problema de pesquisa, os objetivos do estudo foram verificar o Grau de Aderência das Notas Explicativas das empresas listadas no segmento do Novo Mercado entre os anos de 2013 a 2016, observando se as empresas analisadas estão evidenciando seus Ativos Intangíveis, em Notas Explicativas, atendendo a demanda estabelecida nas normas específicas divulgadas pelo CPC 04 (R1). E, como segundo objetivo, o estudo visa analisar se existe uma relação entre a representatividade dos Ativos Intangíveis no Patrimônio Líquido e a qualidade das informações divulgadas em Notas Explicativas, assim como o impacto no comportamento do mercado frente a qualidade das informações divulgadas, conforme previsto pela teoria da evidenciação.

O estudo é apresentado em cinco seções com suas respectivas subdivisões. Sendo o referencial teórico dividido entre a revisão de literatura que trata da teoria da evidenciação, “*disclosure*”, das Notas Explicativas, Ativos Intangíveis e por fim apresentando os estudos relacionados. Seguido pela seção de procedimentos metodológicos e em seguida pela seção de análise dos dados subdividida em cinco subseções de análise e interpretações dos resultados. Por fim, o trabalho é encerrado com as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção é apresentado a importância das práticas de evidenciação contábil por meio das Notas Explicativas, as principais características que definem o bom empreendimento deste recurso demonstrativo, as falhas que vem sendo observadas em termos mundial, e como ela vem sendo empregada na evidenciação dos Ativos Intangíveis.

2.1 TEORIA DA EVIDENCIAÇÃO (*DISCLOSURE*)

A evidenciação é compreendida como a etapa final dos critérios contábeis, aspecto contábil, este, que visa a transmissão de informação. Proveniente da língua inglesa, a evidenciação, também conhecido como “*disclosure*”, é classificado como: “[...] o oposto de fechamento, significando a ‘abertura’ da empresa por meio da divulgação de informações, garantindo a transparência corporativa diante do público e dos participantes de mercado” (GOULART, 2003, p.58). Assim, uma forma de interpretar a evidenciação, é como o critério de clareza e transparência das informações, a maneira de comunicar com imediato entendimento tornando a informação útil para os usuários.

A divulgação das informações contábeis, e a sua qualidade informacional, deve ser compreendida como o ato de evidenciar. Devendo tratar tanto de apresentar as primeiras etapas do processo contábil – reconhecimento e mensuração - de modo a enriquecer as informações prestadas, minimizando a assimetria informacional. Iudícibus (2010) *apud* Filipin, Brizolla, Marques de Andrade (2017, p. 3), destaca: “as informações devem ser mencionadas com a intenção de auxiliar o usuário das informações contábeis a entendê-las melhor, visando a apresentar esclarecimentos necessários aos usuários”. Portanto, o âmago da evidenciação, está na utilidade da informação prestada e como essa informação será utilizada em benefício dos agentes internos e externos.

Já, a definição de utilidade, tratando-se de informações, é o aspecto de maior complexidade, variando conforme o caso exposto. Para Hendriksen e Van Breda (1999), a evidenciação é dividida em três níveis, sendo ela a divulgação adequada, justa e completa. A divulgação adequada presume um nível mínimo na qualidade e volume de informação garantindo que a informação não crie assimetria. A divulgação justa postula a equitatividade de todos os leitores por meio de um “objetivo ético”. Por fim a divulgação completa abrange a totalidade das informações relevantes para a demonstração contábil. Fica evidente a

complexidade e subjetividade do que é a evidenciação, esse mesmo nível de complexidade permeia os contabilistas ao elaborar as Notas Explicativas, pois a análise e entendimento de quais informações podem ser úteis é de responsabilidade dos profissionais que a elaboram.

No entendimento de Avelino, Pinheiro, Lamounier (2012, p.27):

[...] a evidenciação pode ser entendida como um elemento de transparência para a gestão das empresas, uma vez que a divulgação de informações é imprescindível para que os usuários externos conheçam a posição da entidade e se certifiquem de que esta opera dentro dos limites considerados aceitáveis pela legislação, reduzindo, inclusive, a possibilidade de irregularidades e fraudes.

As características da evidenciação, ultrapassam a mera obrigatoriedade técnica, ou formalidade, como as demais etapas do processo de contabilidade, a evidenciação deve dizer respeito a administração da entidade como uma ferramenta da governança corporativa, externando transparência e acuracidade. A contabilidade deve transmitir informações fidedignas, propiciando aos agentes externos (investidores, agências reguladoras, governo, etc) condições de formar uma opinião e tomar decisões com base nessas informações, assim como, para os agentes internos (funcionários, administração, conselhos, etc) ter conhecimento da situação organizacional em que está inserido. As Notas Explicativas, como demonstrativo contábil, é a ferramenta excelente para evidenciar o que os demais demonstrativos não possuem qualidades para evidenciar, pois é na Nota Explicativa que o contador terá a liberdade de expor os fatos contábeis com a naturalidade em que elas ocorrem.

Para Hendriksen e Van Breda “o valor da informação resulta de suas funções utilidade e somente delas” (1999, p. 138). Da mesma forma Akerlof, (1970, p.500), enfatiza: “As garantias informais não escritas são condições prévias para o comércio e produção. Onde essas garantias são indefinidas, as empresas sofrerão [...]” (Tradução Livre). Dessa forma, sendo parte obrigatória das divulgações financeiras e compondo aspectos importantes para a evidenciação contábil, as Notas Explicativas – por divulgarem informações que não podem ser apropriadas numericamente – carecem de expressar aos usuários informações solidificadas e com o mínimo de variação do seu objeto de evidência.

2.2 NOTAS EXPLICATIVAS

As Notas Explicativas são a principal fonte de informação adicional relevante e justificativa das políticas e medidas adotadas pelas empresas brasileiras, conforme definido

pelo NBCTG¹ 21(R3), CTG² 07, CODIM³ 09, NBCTG 26(R3), CPC⁴46 e a Lei 6.404/76 §5º, I, IV. Não obstante, a prática de Notas Explicativas – não somente no Brasil, mas no mundo todo – é motivo de crítica, tanto contadores, quanto por investidores.

O Comunicado Técnico Geral 07, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC - em 2014, destaca essa realidade na Instrução Normativa nº 4:

Pelo que se tem conhecimento, essa não é uma situação tipicamente brasileira. Está havendo forte movimento mundial no sentido de se chegar a caminhos que tragam para as demonstrações contábeis apenas as informações que realmente interessam aos usuários no sentido de orientar as suas decisões sobre uma entidade (CFC, p.2, 2014).

Além do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em nível internacional, o IASB (*International Account Standard Board*), demonstrou forte preocupação com a falta de coerência das Notas Explicativas emitidas mundialmente, destacando-as como sendo muitas vezes prolixas, e irrelevantes, um conjunto de frases que tende mais a explicar o que são Notas Explicativas, do que cumprir com sua verdadeira demanda, (CAMPOS; LEMES, 2013, p.259).

Conforme apresentado por Campos e Lemes (2013, p.251):

[...] embora a evidenciação contábil seja de considerável importância para os usuários externos, e apesar de a quantidade de informações divulgadas pelas empresas brasileiras terem aumentado, bem como sua regulação e fiscalização, sua qualidade e conteúdo necessitam de melhorias.

Autores como Gallon, Beuren e Hein (2008), Campos, Lemes (2013), Machado, Victor e Matts (2016) têm verificado as mesmas dificuldades na elaboração e apresentação de Notas Explicativas que cumpram com suas premissas de clareza e relevância.

No item 4, o pronunciamento do CODIM nº 19, destaca um excesso de informação irrelevante justificando-se pela adoção das normas internacionais, apresentando “[...] informações repetitivas e sem uma prévia reflexão e julgamento quanto à relevância nelas contidas, sem trazer com isto uma melhoria significativa na qualidade da informação como um todo [...]” (CODIM 19, 2016, p. 2).

Pondo a parte justificativas para o mau uso dessa ferramenta, Iudícibus (1993, p.97) já havia alertado para, “[...] tomar cuidado para não substituir os demonstrativos contábeis por notas de rodapé ou quadros suplementares”, uma vez que os próprios demonstrativos devem evidenciar com qualidade técnica e simplicidade de linguagem, as informações que se deseja transmitir.

¹ Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral

² Comunicado Técnico Geral

³ Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado

⁴ Comitê de Pronunciamentos Contábeis

As Notas Explicativas exercem papel fundamental na contabilidade moderna devido a profundidade das informações que tal ferramenta propicia, pois, “[...] o desenvolvimento dos mercados de capitais resultou na identificação de uma nova classe de usuários, que passou a demandar informações mais “robustas” sobre os negócios”. (CAMPOS; LEMES, 2013, p. 250).

Da mesma forma Perez e Famá (2006, p. 15), ressaltam o papel da contabilidade como desempenhando uma “linguagem universal”: A Contabilidade é a linguagem universal dos negócios, pois traduz ao usuário como está o desempenho da empresa e o patrimônio dos seus acionistas, sendo grande a sua responsabilidade social em prover aos seus diversos usuários informações confiáveis, precisas e transparentes.

No Brasil, e até onde se pode verificar no restante do mundo, não há uma norma ou legislação contábil própria que permita padronizar as Notas Explicativas. Com poucas exceções, existem recomendações por parte de órgão reguladores, ou comitês de ordem econômica, como o CODIM 19 (COMITÊ DE ORIENTAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO MERCADO) que versa sobre aspectos fundamentais que devem ser expostos por meio de Notas Explicativas, focando “[...] na essência e relevância, provocando uma mudança cultural nas companhias a partir de incentivos da Administração no sentido de melhor informar”. (CODIM 19, 2016, Item 9.a)

Portanto, entre os métodos utilizados para atestar a qualidade das informações contábeis, os teóricos destacam o uso do Grau de Aderência com relação a normas específicas. Normalmente esta técnica é empregada em contas específicas, de onde, pode ser extrair por método de amostragens informações mais precisas, de fácil reprodução o que permite a outros pesquisadores testarem metodologias semelhantes sobre diversos contextos. (SANTOS et al., 2010; SANTOS et al, 2012; MACHADO; VICTOR; MATTS, 2016; GARCIA; SANCHES; IGARASHI, 2016)

Lima, Rigo e Pasqual (2012) destacam a necessidade de compreender aspectos ambientais que propiciam empresas, muitas vezes operando com o mínimo de recursos imobilizados, possuírem valor de mercado tão dispare as suas realidades contábeis, os “[...] Ativos Intangíveis são responsáveis por uma parcela deste valor”. (LIMA; RIGO; PASQUAL, 2012, p. 222). Da mesma forma que “[...] os Ativos Intangíveis constituem o principal meio de diferenciação entre as empresas e consequente obtenção de vantagem competitiva e de retornos anormais”. (EDVINSSON, 2002 *apud* COLAUTO et al. 2009, p. 145)

Sob esse aspecto, o Novo Mercado que “[...] é um segmento de listagem destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam, voluntariamente, com a

adoção de práticas de Governança Corporativa adicionais em relação ao que é exigido pela legislação” (BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO, 2006), apresenta as empresas com um portfólio de ativos diversificado, onde “[...] no contexto da prestação de informações aos investidores quanto às atividades e elementos que agregam maior valor a organização e na premissa de que, uma maior evidenciação de informações [...] pelas empresas pode vir a cativar mais investidores” (REINA, ENSSLIN, BORBA, 2009, p. 4).

2.3 ATIVOS INTANGÍVEIS

O *International Accounting Standard Board* (IASB), principal órgão emissor de normas e padrões contábeis, define os Ativos Intangíveis como aqueles que não possuem substancialidade ou que possuem um valor real, mesmo não podendo converter esse valor para a substância física – quando verificado. Exemplos são os *softwares*, o capital humano, patentes, etc.

No CODIM 20, referente aos Ativos Intangíveis, o comitê define Ativos Intangíveis como:

Os Ativos Intangíveis podem ser entendidos como o resultado da incorporação da informação e do conhecimento às atividades produtivas das Companhias. A associação do Capital Tangível com o Intangível tem importante papel na justificativa do valor de mercado das Companhias. (CODIM 20, 2016, p.1)

Da mesma forma o CPC 04 (R1) definiu esse grupo de contas como: “[...] um recurso: (a) controlado pela entidade como resultado de eventos passados; e (b) do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade.” (CPC 04 (R1), 2010, p. 5). Podemos observar que ambas as referências se assemelham, portanto, o ativo intangível é o resultado de eventos passados que geram expectativa de rendimento futuro.

Algumas empresas apropriam o conceito dos Ativos Intangíveis no *goodwill* ou no ágio. Lembrando que o *goodwill* é a expectativa de rentabilidade econômica futura proveniente de uma combinação ou aquisição de negócios. Já o ágio é, por definição, a diferença entre o valor justo (valor de mercado) e o valor pago pelo negócio. Sendo o ágio positivo e o deságio negativo.

Conforme Martins (2013), quando o ativo intangível for proveniente da aquisição de negócios, “ágio”, a avaliação deve ser feita por valor justo, devendo-se evitar o uso de métodos de custeio para tal, pois o custo é um gasto liquidado que não necessariamente representa o valor do ativo.

Dentre as práticas mais comuns das empresas, está o uso de Notas Explicativas para justificar os métodos de mensuração de suas contas, ou para explicar a existência delas. O ativo

intangível possui um destaque grande nesse caso, por ser um grupo de contas instituída pela adoção das normas internacionais, em 2006, muitos contadores têm dificuldade no uso adequado dessas contas.

O IAS 38 (1998), explica; se um ativo intangível for consequência de uma combinação de negócios, o custo desse ativo intangível é o seu valor justo na data de aquisição. A contabilidade deve lançar separadamente o ativo intangível do ágio decorrente da combinação de negócios. O reconhecimento desse ágio decorre na criação de uma conta no subgrupo, da mesma forma que ocorre com marcas, licença de softwares, aquisição de carteiras, etc. Conforme definido nas normas técnicas, é proibido realizar a reavaliação de um ativo intangível, posterior a data de reconhecimento de um ágio.

2.4 ESTUDOS RELACIONADOS

Está subseção apresenta os principais trabalhos que influenciaram o desenvolvimento desse estudo.

A estudo de Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012), buscou identificar um índice de evidenciação das informações compulsórias, dos Ativos Intangíveis, divulgadas por empresas listadas no índice Ibovespa, no ano de 2010, e sua relação com variáveis independente pré-estabelecidas pela pesquisa, tal como, tamanho da empresa, setor de atuação, etc. A análise identificou que nenhuma das empresas analisadas adere plenamente a normativa do CPC 04 (R1) (R1), ou a existência de uma relação entre o índice de evidenciação e os setores de atuação, ainda que tenha verificado uma relação entre o tamanho da empresa e o nível de evidenciação.

Santos *et al.* (2012) verificaram os níveis de evidenciação dos instrumentos financeiros – derivativos - das empresas listadas nos segmentos de papel e celulose e de carnes e derivados. A pesquisa utilizou como técnica a análise de conteúdo, demonstrando que as empresas não atendem as necessidades informacionais como previstas na IAS 32 e da IAS 39.

Campos e Lemes (2013), apesar de não tratar especificamente das práticas de divulgações das Notas Explicativas, desenvolveu um estudo em termos de referencial teórico para o ensino de Notas Explicativas, que expos as necessidades reais das instituições de ensino superior em dispor de disciplinas que sanem a demanda cada vez mais crescente de formar profissionais capazes de realizar análises críticas dos demonstrativos contábeis, de forma a desenvolver Notas Explicativas que cumpram as demandas por informações precisas do mercado.

Garcia, Sanches, Igarashi (2016), analisam a estrutura societária e a relação com o nível de evidenciação de Ativos Biológicos para empresas abertas e fechadas entre os anos de 2010 e 2013, o foco da pesquisa foram empresas listadas Revista Melhores e Maiores 2013, dos setores de celulose e papel. Ficou constatado que o formato societário não influencia no nível de evidenciação compulsório e voluntário, da mesma forma, constatou que ao longo do período analisado, as empresas não demonstraram interesse ou preocupação na melhoria das informações passadas aos usuários externos.

O estudo que fundamentou a metodologia deste trabalho, de Machado, Victor e Matts (2016), aborda a evidenciação de Ativos Biológicos por Grau de Aderência sob a luz do CPC 29 – Ativos Biológicos – por meio de Notas Explicativas das principais empresas listadas na bolsa de valores de São Paulo, que possuíam a conta Ativos Biológicos em seus balanços patrimoniais, entre os anos de 2007 a 2015. Essa pesquisa, comparou os biênios do período estudado, de modo a verificar a diferença na evidenciação antes e depois da publicação da norma, quando ela agia de forma voluntária sobre as empresas e depois de sua obrigatoriedade entrar em vigor. Os resultados apresentados demonstram a displicência das empresas ao elaborarem suas Notas Explicativas, e no cumprimento de normativas, tendo sido evidenciado que mesmo com a obrigatoriedade do CPC 29, as empresas convergiram apenas parcialmente, não demonstrando interesse em evidenciar além do exigido pela lei.

O recente trabalho de Phillipin, Brizolla e Marques de Andrade (2017), analisou o nível de *disclosure* (evidenciação), dos ativos intangíveis, conforme divulgação em Notas Explicativas, para o ano de 2015, de empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa. Sendo esse o trabalho mais semelhante com o estudo, buscou-se compreender se as empresas divulgam critérios específicos, sem ater-se a qualidade da informação, com base em um *checklist* composto por quatro categorias. Da mesma forma que nas pesquisas anteriores, os autores não identificaram, dentro de sua amostra de 55 empresas, empresas que aderiram plenamente a todos os critérios pré-estabelecidos pelas normativas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa se qualifica como descritiva, pois, conforme Gil (2010, p.28) “[...] a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis”. Da mesma forma Raupp e Beuren (2014) destacam que a análise qualitativa propicia uma análise das

características do fenômeno social estudado. Não obstante, devido à natureza metodológica da pesquisa e o emprego de tratamento estatístico nos dados coletados, a abordagem do problema de pesquisa é classificada como quantitativo, pois, “a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados” (RAUPP; BEUREN, 2014, p. 92). Dessa forma a abordagem do problema de pesquisa se qualifica como quantitativo e qualitativo.

O procedimento do estudo é documental devido à natureza do material não ter sofrido tratamento estatístico. Conforme Richardson (1999, p. 230), “[...] a análise documental consiste em uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem ser relacionados”. Já a análise dos dados se dará por meio de análise de conteúdo com o uso de *checklist* (vide Apêndice A). A análise de conteúdo objetiva analisar a comunicação entre os homens, ou seja, “[...] caracteriza-se como um método de investigação do conteúdo simbólico das mensagens”, (COLAUTO; BEUREN, 2014, p.137).

O período adotado para o estudo varia de 2013 a 2016, a adoção desse período é justificada pois permite uma análise recente das informações contábeis, assim como permite obter dados suficientes para uma melhor análise estatística, minimizando o erro amostral. A pesquisa utilizou um sistema de parâmetros para a obtenção da amostra adequada aos objetivos da pesquisa, como destaca Spiegel (1978, p.217): “Frequentemente precisamos, na prática, tirar conclusões válidas sobre um grande grupo de indivíduos ou objetos. Ao invés de examinar todo o grupo (chamado população), [...], pode-se cogitar de estudar apenas uma pequena parte (amostra) dessa população”. Em outras palavras, o uso de amostra permite ao pesquisador inferir sobre o comportamento da população estudada, definindo-se parâmetros para a qualidade da amostra.

O estudo utilizará parâmetros para a escolha da amostra, pois, novamente como destaca Spiegel (1978, p.218):

[...] a validade das conclusões sobre uma população depende do fato de a amostra ter sido escolhida adequadamente, de uma forma a representar a população suficientemente bem, e um dos problemas importantes da inferência estatística é precisamente o da escolha da amostra.

Portanto, a pesquisa foi composta por empresas que cumpriram com requisitos pré-definidos elencados a seguir;

- a) estarem listadas no segmento Novo Mercado até 31 de dezembro de 2008. Esse requisito propiciou uma amostra temporal homogênea evitando a interferência estatística decorrentes de inclusões recentes no segmento Novo Mercado, pois

- as empresas já estão acostumadas com as necessidades informacionais decorrentes das normas de governança corporativa;
- b) disponibilizarem informações contábeis no sítio eletrônico da CVM ou em canais de relacionamento com investidores. Quando necessário, optou-se pelos demonstrativos consolidados;
- c) como a proposta do estudo é manter os dados homogêneos e baseado na literatura, o autor não irá incluir empresas do sistema bancário ou de seguros, pois as suas demonstrações contábeis são distintas, como destacam Rodrigues e Galdi (2017, p. 7), “[...] por conta de suas estruturas de capital diferenciada”. Da mesma forma Ponte e Oliveira (2004), observam que empresas do sistema bancário e de seguros possuem regulamentações próprias advindas do Banco Central - para empresas bancárias - e da Secretaria Nacional de Previdência Complementar e a Superintendência de Seguros Privados - para empresas seguradoras, portanto, como o estudo visa compreender o nível de evidenciação ao CPC 04 (R1), opta-se por excluir empresas que possam apresentar demonstrações contábeis distintas da padronizada para empresas de capital aberta que seguem as leis nº 6.404/76, e nº 11.638/07 mesmo que em função das características de negócio.
- d) a amostra foi segmentada em relação a representatividade percentual dos setores de mercado, dentro do segmento do Novo Mercado, conforme Tabela 1, utilizando como base o cálculo amostral, para um intervalo de significância de 90% e erro amostral de 10% que resultou em uma amostra de 32 empresas, arredondando-se para 35 empresas.

Tabela 1 – Relação da proporção dos setores da população vs. Amostra (continua)

Setor	Quantidade de empresas por segmento	Percentual de representatividade	Quantidade estimada de empresas da amostra	Quantidade real de empresas da amostra
BENS INDUSTRIAIS	11	17%	6	4
CONSUMO CÍCLICO	20	31%	10	10
CONSUMO NÃO CÍCLICO	9	14%	5	4
FINANCEIRO E OUTROS	7	11%	4	3
MATERIAIS BÁSICOS	3	5%	2	1
PETRÓLEO. GÁS E BIOCMBUSTÍVEIS	2	3%	1	-
SAÚDE	3	5%	3	3
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2	3%	1	1
UTILIDADE PÚBLICA	7	11%	4	4

Total	64	100%	35	30
--------------	-----------	-------------	-----------	-----------

Fonte: Elaboração própria (2017)

Como supracitado, os dados monetários foram coletados por meio do sítio eletrônico da CVM, além dos respectivos sítios eletrônicos das empresas para relacionamento com os investidores. Os dados coletados para análise são provenientes das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), observando em específico Notas Explicativas e Balanço Patrimonial. A partir dos dados e informações coletados foi aplicado um protocolo de pesquisa elaborado em conformidade a norma divulgada pelo CPC 04 (R1) (Apêndice A), de onde foi verificado o conteúdo das informações divulgadas em Notas Explicativas caracterizadas pelas etapas do processo contábil; reconhecimento, mensuração e evidenciação dos Ativos Intangíveis.

De forma a evidenciar a qualidade estatística da amostra e por consequência da análise, empregou-se o uso de análise por Grau de Aderência, utilizado nos estudos de Dias (2006), Carvalho (2007) e Machado, Victor, Matts (2016). Fundamentado nesses estudos foi adaptado a partir de Machado, Victor, Matts (2016), um quadro de forma a apresentar sete índices indo de 0 (omisso) à 6 (aderência plena) - conforme apresentado na Quadro 1. A decisão por adotar o procedimento elaborado em trabalho anterior é devido à similaridade entre os trabalhos o que propiciou adaptar sem perda no sentido qualitativo dos índices em conformidade aos objetivos dessa pesquisa.

Quadro 1 – Índice de Aderência

NOTAS		ÍNDICE DE ADERÊNCIA
-	Não aplicável	Os dados não são aplicáveis a empresa.
0	Omisso	Não foram fornecidos dados e não há justificativa para tal.
1	Omisso com justificativa	Não foram fornecidos dados, contudo há justificativa da empresa para isso
2	Indisponível	Não foram fornecidos dados e a empresa não tem condições de fornecer.
3	Inconsistente	Os dados fornecidos pela empresa não estão em conformidade com o CPC 04.
4	Dúbio	As empresas divulgaram em suas notas explicativas, contudo falta informação condizente que permita avaliar a aderência.
5	Aderência Parcial	As empresas divulgaram os dados necessários, contudo de forma incompleta.
6	Aderência Plena	As empresas apresentaram todos os dados necessário, em conformidade ao CPC 04.

Fonte: Adaptado de Machado, Victor e Matts (2016)

A nota “Não aplicável”, foi utilizada quando a empresa destacava que não houve a necessidade de realizar determinada atividade, “lançamento”, pela contabilidade. Por exemplo o reconhecimento de provisões por redução de valor recuperável (*impairment*), assim como quando a empresa destacava que era um evento que fugia as prerrogativas da atividade da contabilidade, ou da empresa, desde que justificado. Quando a empresa não apresentava uma informação e não havia justificativa para sua ausência, era atribuída a nota “Omisso”.

Os graus de aderência foram definidos em intervalos identificados como ADERÊNCIA ALTA, ADERÊNCIA MÉDIA e ADERÊNCIA BAIXA como pode ser verificado no Quadro 2. Os graus de aderência alta e baixa serão calculados pela relação aritmeticamente entre a média amostral “S”, desvio padrão amostral “ σ ” e erro amostral “ ϵ ”, no intervalo de tempo definido.

Quadro 2 – Percentual dos Graus de Aderência da Amostra

Grau de Aderência	Cálculo Percentual	Percentual
ADERÊNCIA BAIXA	$0\% - [S - (\sigma - \epsilon)]\%$	0% - 58,80%
ADERÊNCIA MÉDIA	$[S - (\sigma - \epsilon)]\% - [S + (\sigma + \epsilon)]\%$	58,80% - 72,89%
ADERÊNCIA ALTA	$[S + (\sigma + \epsilon)]\% - 100\%$	72,89% - 100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa, adaptado de Machado, Victor e Matts (2016).

Com base nos índices de aderência obtidos, se verificou; a) o Grau de Aderência por empresa para cada ano; b) o Grau de Aderência por empresa para as três etapas do processo contábil; c) o Grau de Aderência para cada etapa ano a ano. Além da análise dos graus de aderência, a amostra sofreu uma análise econômico-financeira, sendo esse o processo de análise para obtenção de informações que permita aos gestores tomarem decisões, em prol da expectativa de benefício futuro (PENMAN, 2007). O uso de informações financeiras como Valor de Mercado (VM) em conjunto com as informações contábeis presentes nas DFPs, permite uma análise do Grau de Intangibilidade (GI) das empresas - sendo GI a razão entre o VM e o Valor Patrimonial (VP). Essa informação em comparação a representação do Ativo Intangível dentro Patrimônio Líquido das empresas, permitiu a realização de um estudo de correlação entre a representatividade do Ativo Intangível na expectativa dos acionistas para as empresas (RITTA; ENSSLIN, 2010; NASCIMENTO *et al.*, 2012).

Os dados financeiros foram obtidos em duas fontes: 1º) foi obtido as informações referentes ao Balanço Patrimonial (Ativo Total, Ativo Não-Circulante, Ativo Intangível e Patrimônio Líquido Total), das DFPs obtidas nos canais de relacionamento com investidores e, quando necessário, diretamente da CVM; 2º) já os dados do Valor de Mercado, foram obtidos pelo sistema *Econômica*®, pois o sistema efetua o cálculo do Valor de Mercado automaticamente e atualiza, sempre que o mercado realiza algum ajuste. Contudo, o sistema não justifica a ausência das informações constantes entre 2008 e 2010 para os Ativos Intangíveis, nem as discrepâncias observadas no restante do Balanço Patrimonial para o período de 2010 à 2016, em relação as informações divulgadas pela CVM e/ou canais de relacionamento com investidores das empresas analisadas. Dessa forma, adotou-se as duas fontes de dados de modo a aumentar a confiança dos dados da pesquisa.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção é dedicada a análise dos dados obtidos no decorrer da pesquisa, onde serão apresentados em quatro subseções, a primeira seção apresenta o ajuste que a amostra sofreu, seguido pela análise do Grau de Aderência, análise das informações contábeis e sua relação com o Grau de Aderência e por fim, será apresentado a relação das análises obtidas com os resultados encontrado por outros teóricos.

4.1 AJUSTE AMOSTRAL

A pesquisa utilizou um protocolo de 15 questões, previamente elaboradas, do qual a questão 14 (Os ativos são identificados como mantidos para vendas?) foi excluída, pois verificou-se ao término da coleta de dados que apenas duas empresas responderam à questão. No entendimento dos autores, a questão foi mal formulada e de maneira a não interferir no conjunto dos dados, ela foi desconsiderada.

Além desse evento, as empresas CSU S.A, Grendene S.A, MMX S.A, OGX S.A, Pomifrutas S.A, Triunfo S.A, foram excluídas da amostra de empresas por não apresentarem informações sobre os Ativos Intangíveis e não justificarem essa ausência, dessa forma, a exclusão dessas empresas reduz o erro amostral e propicia uma amostra homogênea. Reduzindo a amostra para 30 empresas que se qualificam pelos pré-requisitos estabelecidos no início da pesquisa e mantendo a proporcionalidade da amostra segmentada.

Quadro 3 – Relação das empresas amostrais com seus respectivos setores

CONSUMO CÍCLICO	BENS INDUSTRIAIS	SAÚDE	FINANCEIRO E OUTROS
B2W	Embraer	HYPERMARCAS	B3
Cyrela	Log-In	Odontoprev	BR Malls
Even	Portobello	Profarma	Lopes
Gafisa	Valid	UTILIDADE PÚBLICA	MATERIAIS BÁSICOS
Localiza	CONSUMO NÃO CÍCLICO	EDP	Fertilizantes Heringer
Marisa	JBS	ENEVA	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
MRV Engenharia	Minerva	Light	Positivo Tecnologia
Renner	Natura	Sabesp	
Rodobens	SLC		
VIVER			

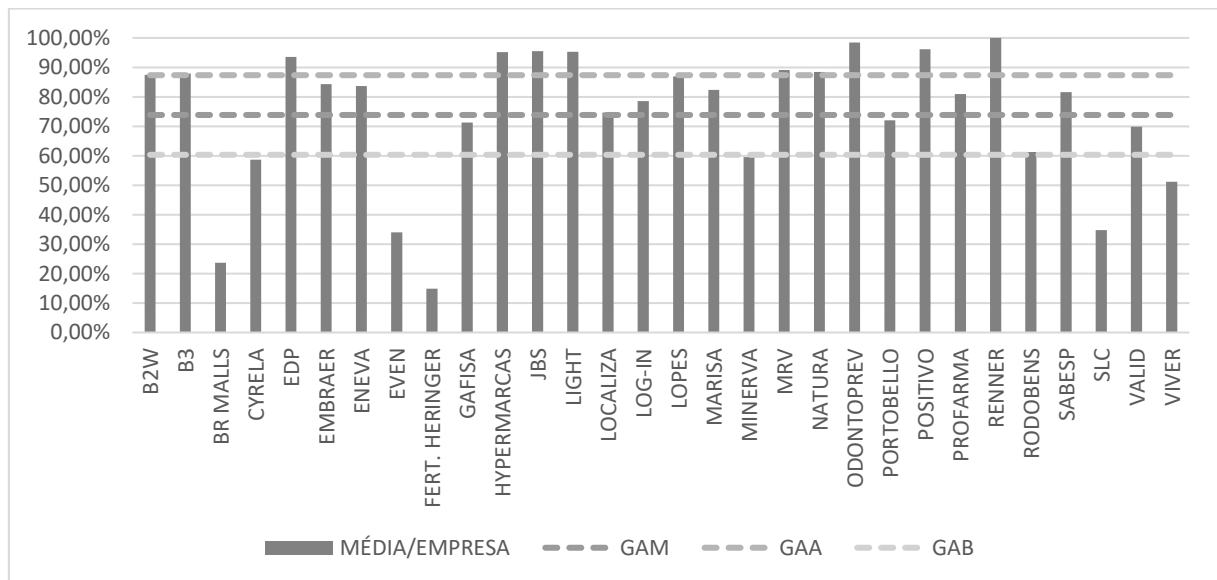
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2018)

O quadro 3 identifica a relação final das empresas que compõem a amostra de acordo com a segmentação por setor, sendo composto pela proporcionalidade como supracitado.

4.2 ANÁLISE DO GRAU DE ADERÊNCIA

O Grau de Aderência é uma estimativa elencada com base em um protocolo pré-definido (*checklist*), tendo como premissa a análise da qualidade das informações divulgadas. Dessa forma, a análise do Grau de Aderência é uma estimativa qualitativa. Das 30 empresas analisadas, 11 obtiveram notas inferiores à média amostral, demonstrando que não aderiram de maneira apropriada a norma do CPC 04 (R1) e apenas 1 empresa (Renner S.A) demonstrou 100% de aderência a norma para o período analisado, como pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Análise do Grau de Aderência média por empresa



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2018)

Além da análise da média de aderência da amostra, o Gráfico 1 permite observar os Grau de Aderência Alto (GAA) e Grau de Aderência Baixo (GAB), compostos conforme definido no Quadro 2. As 11 empresas que obtiveram uma nota acima do Grau de Aderência Alto (GAA), são consideradas empresas com alto nível de governança e que possuem uma política contábil eficaz, própria para a minimização do impacto da assimetria informacional (AVELINO; PINHEIRO; LAMOUNIER, 2012). A empresa que se destaca dentro dessas qualidades é a Renner S.A, que demonstrou 100% de aderência a normativa.

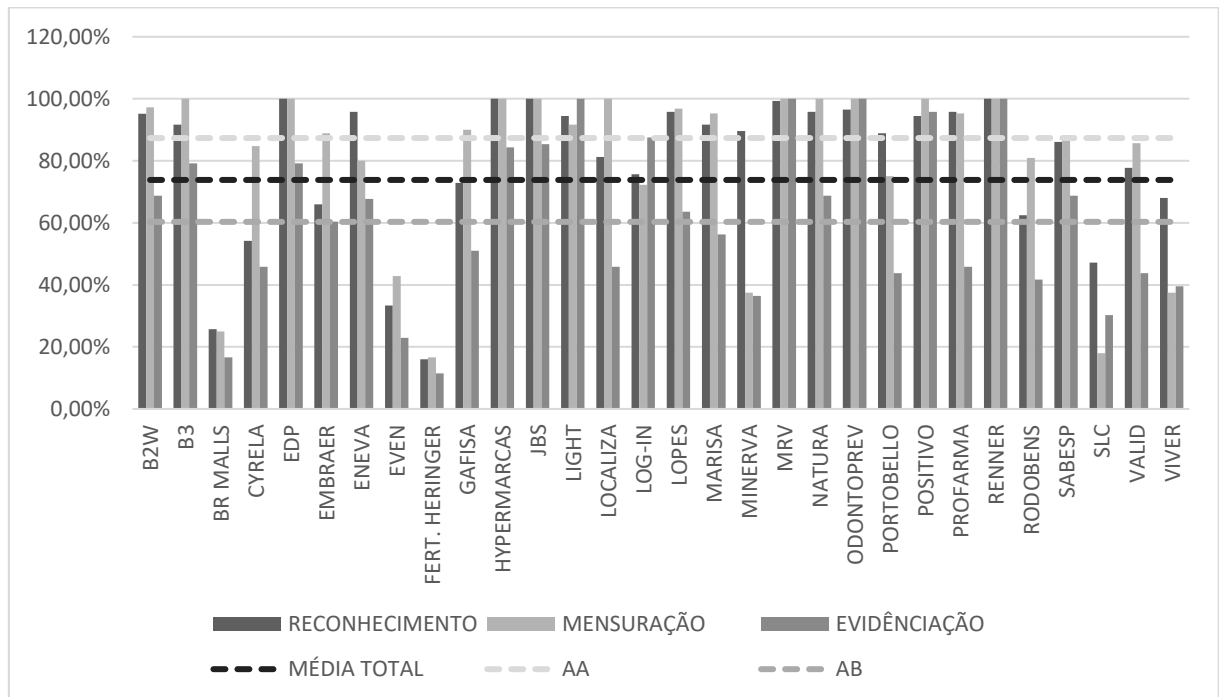
Além dela destacam-se Odontoprev (98,40%), Positivo (96,15%), JBS (95,51%), Light (95,24%), Hypermarchas (95,19%), EDP (93,59%), MRV (89,10%), Natura (88,46%), B3 (87,88), B2W (87,50%), sendo o GAA estabelecido em 87,35%. Aqui observa-se que tanto nas

pesquisas de Avelino, Pinheiro, Lamounier (2012), quanto de Machado, Victor, Matts (2016) e Fillipin, Brizolla, Marques de Andrade (2017) não foram constatadas empresas que aderiram 100% as normativas que regiram suas pesquisas, isso pode ser explicado devido a elaboração do *checklist* que varia conforme a interpretação dos autores, além é claro do uso da análise de conteúdo.

Já as empresas que obtiveram notas abaixo do Grau de Aderência Baixo (GAB) definido em 60,32%, são empresas que não apresentaram informações suficientes para uma análise qualitativa das Notas Explicativas, ou não apresentaram qualquer informação e não justificaram a ausência da informação contábil. As empresas Minerva (59,52%), Cyrela (58,65%), Viver (51,19%), SLC (34,73%), Even (33,97%), Br Malls (23,66%) e Fert. Heringer (14,88%), são as empresas que compõem o pior cenário da análise. Podemos observar que mesmo o GAB sendo de 60,32% - acima de 50% - algumas empresas superam a diferença de 13,52%.

O Gráfico 2 apresenta a relação média para as três etapas do processo contábil, por empresa. Nele buscou-se evidenciar que não existe uma relação clara entre as três etapas e a média total do Grau de Aderência das empresas.

Gráfico 2 – Relação média das três etapas do processo contábil por empresa



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2018)

O reconhecimento foi o processo contábil que obteve o maior destaque com uma média de aderência de 80,79%, seguido de perto pela mensuração com 80,72%, todavia, a evidenciação se apresentou muito aquém do esperado em relação as duas primeiras etapas do processo contábil com 59,90%. Essas diferenças são observadas já que 16, das 30 empresas

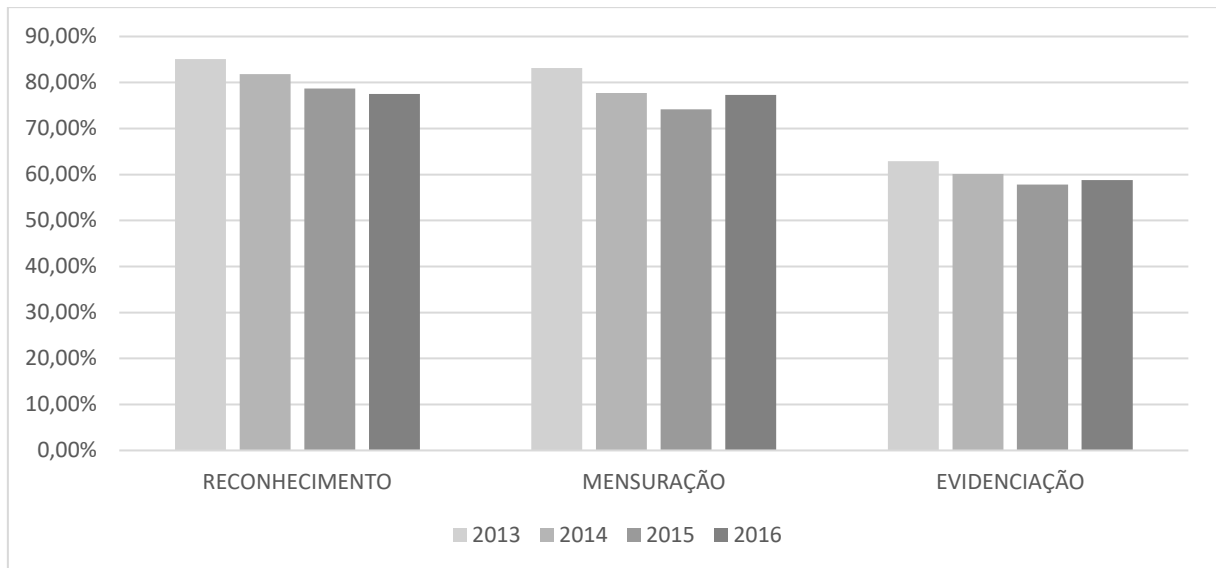
analisadas apresentaram reconhecimento médio acima do GAA de 87,35%, 15 empresas apresentaram mensuração acima do GAA e apenas cinco empresas apresentaram GAM para evidenciação acima do GAA.

O reconhecimento ainda é a parte com maior representação, devido as normativas serem muito específicas, assim como a mensuração. Os processos para elaboração de informações do reconhecimento, por exemplo: identificar origem, diferenciação (ágio, patentes, *goodwill*, etc), os critérios utilizados para identificação, formas de aquisição etc. São explicitamente definidos pela legislação (*vide*, parágrafos destacados no CPC 04 (R1), como consta no Apêndice A), já a evidenciação advém das premissas contábeis que partem do conhecimento técnico do elaborador das Notas Explicativas.

A mensuração por sua vez, segue critérios normativos tão específicos quanto os do reconhecimento, limitando-se essencialmente a aquisição por valor justo ou custo, baixas, perdas, alienações, etc. Amortização acumulada, e perda por *impairment*. A questão 10, que trata do teste de *impairment*, pela mensuração, destaca-se, pois, a maioria das empresas apresentavam informação de que “não houve necessidade de formação de provisão por perda de valor recuperável. As empresas que informaram dessa forma eram atribuídas a nota de “não aplicável”, pois no entendimento dos autores, a empresa realizou os testes e os processos de mensuração, contudo, apenas não identificaram a necessidade de provisionar. Já as empresas que não informaram se realizaram o teste receberam nota “omisso sem justificativa” e as que apresentaram provisão receberam nota “aderiu plenamente”, pois no entendimento dos autores, tendo sido realizado os testes, o cálculo de provisão é requerido pela norma, apesar de a norma não deixar claro se a apresentação dos testes é obrigatória ou mesmo requerida. A mesma compreensão foi observada no trabalho de Phillipin, Brizolla e Marques de Andrade (2017), que destacaram ter observado que a maioria das empresas apresentavam informações sobre a realização do teste de *impairment*, apesar de não se apropriar de perdas.

O Gráfico 3 apresenta o GAM ano-a-ano para as três etapas do processo contábil, permitindo observar o comportamento das etapas no período analisado.

Gráfico 2 – GAM ano-a-ano para as três etapas do processo contábil (continua)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2018)

O reconhecimento sofreu uma alteração de -2,53% no período em comparação mensuração que sofreu -1,96% e evidenciação que sofreu -1,39%. Sendo que a mensuração e evidenciação apresentaram uma leve melhora no ano de 2016, não tendo sido identificada no reconhecimento. O estudo de Machado, Victor e Matts (2016), apesar de testar a evidenciação de Ativos Biológicos, apresentou um comportamento semelhante, nas análises que resultaram nos gráficos 1, 2 e 3. O mesmo comportamento pode ser observado, da forma análoga nos trabalhos de Avelino, Pinheiro, Lamounier (2012), Phillipin, Brizolla e Marques de Andrade (2017).

Tendo a amostra sido selecionada por meio de amostragem estratificada, usando por base os setores de empresas listadas no Novo Mercado, foi elaborado uma análise setorial, conforme pode ser verificado pela Tabela 2.

Tabela 2 – Média por setor em comparativo ao GAM

SETOR	GA	Dif.	%Setor	MPS
BENS INDUSTRIAIS	76,17%	2,34%	13,33%	10,16%
CONSUMO CÍCLICO	70,99%	-2,84%	33,33%	23,66%
CONSUMO NÃO CÍCLICO	69,56%	-4,27%	13,33%	9,27%
FINANCEIRO E OUTROS	66,15%	-7,68%	10,00%	6,61%
MATERIAIS BÁSICOS	14,88%	-58,95%	3,33%	0,50%
SAÚDE	91,51%	17,68%	10,00%	9,15%
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	96,15%	22,32%	3,33%	3,21%
UTILIDADE PÚBLICA	88,50%	14,67%	13,33%	11,80%
GAM/Total	73,83%	-	100,00%	74,36%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2018)

A coluna “GA” identifica o Grau de Aderência por setor, já a coluna “Dif”, é a diferença entre o Grau de Aderência por setor e o GAM. A coluna “%Setor” identifica o quanto

determinado setor representa na amostra. Por fim a coluna “MPS” é a sigla para Média Ponderada por Setor que resulta do produto entre as colunas GA e %Setor. A coluna “MPS” é de fato a mais relevante, pois é ela que permite a análise do quanto o Grau de Aderência é significativo frente a proporção dos setores no Novo Mercado. A soma dos valores de MPS devem gerar o mesmo resultado de GAM, contudo, como pode ser notado, houve uma diferença de 0,53% na última linha entre “GA” e “MPS” é por consequência de arredondamentos, não sendo uma diferença significativa podendo ser desconsiderado. Os valores foram mantidos a título didático.

A análise da coluna GA corrobora com o observado no Gráfico 1, uma vez que o setor MATERIAIS BÁSICOS, composto unicamente pela empresa Fertilizantes Heringer S.A, apresenta o Grau de Aderência mais baixo da amostragem, já o setor de CONSUMO CÍCLICO é composto tanto pela empresa Renner S.A que apresentou um GA de 100% quanto pela Even S.A que apresentou um GA de 33,97% o terceiro menor da amostra. Devido essas flutuações foi realizado o cálculo da MPS, como pode ser observado, o setor com a menor composição da amostra “TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO” apresentou o maior GA, contudo a MPS identifica que o GA, apesar de ser elevado, é composto de uma única empresa, o processo inverso se repete em “MATERIAIS BÁSICOS”. De modo a se obter uma conclusão, foi realizado um teste simples de correlação entre o GA dos setores e a representação dos setores na amostra, obtendo-se um valor de 0,156436929, portanto, não é identificado com nível de significância suficiente, uma relação entre o Grau de Aderência das empresas a norma CPC 04 (R1), e os setores que compõem o segmento do Novo Mercado.

4.3 RELAÇÃO ENTRE O GRAU DE ADERÊNCIA E AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Dentre os objetivos da pesquisa, estava a verificar se existe uma relação observável entre o Grau de Aderência, e, portanto, o Grau de Evidenciação das informações contábeis pelas empresas, e a percepção que tanto as empresas possuem de seus Ativos Intangíveis, quanto a percepção que o mercado possui das empresas.

A Tabela 2 é composta pela relação total média das informações contábeis divulgadas no período, conforme dados coletados pelos autores.

O Grau de Investimento em Ativos Intangíveis (G_i), é composto pela equação [RITTA; ENSSLIN, (2010)]:

$$G_i = \frac{AI}{PL} \text{ Eq.1}$$

Sendo:

Gi = Grau de Investimento em Ativos Intangíveis

AI = Ativo Intangível Total

PL = Patrimônio Líquido Contábil

Da mesma forma o Grau de Intangibilidade (GI), é composto pela equação [COLAUTO *et al.*, (2009); RITTA; ENSSLIN, (2010); NASCIMENTO *et al.*, (2012)]:

$$GI = \frac{VM}{PL} \text{ Eq.2}$$

Sendo:

GI = Grau de Intangibilidade

VM = Valor de Mercado

PL= Patrimônio Líquido Contábil

Já o Grau de Evidenciação é elaborado pela equação, elaborada com base na média estatística simples [LANGE, (1963); SPIEGEL, (1968); SPIEGEL, (1978)]:

$$GA = \frac{\sum Ader.}{N} \text{ Eq.3}$$

Sendo:

Ader.= Nota atribuída as empresas

N= Número de empresas

Tabela 3 – Relação percentual da composição do balanço patrimonial e GAM

	2013	2014	2015	2016
AI/AT	26,00%	25,38%	24,85%	25,78%
AI/ANC	40,51%	39,90%	41,02%	41,37%
Gi	62,94%	62,43%	70,53%	71,84%
GI	144,08%	129,54%	120,74%	139,48%
GA	77,93%	74,29%	71,29%	71,85%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2018)

A Tabela 3 apresenta a representatividade do Ativo Intangível na composição do Balanço Patrimonial, sendo a razão entre Ativo Intangível e Patrimônio Líquido (Gi), o Grau de Investimento das empresas em Ativos Intangíveis. Como pode ser observado, as empresas analisadas, investiram em média 66,93% do seu patrimônio em Ativos Intangíveis, corroborando com a pesquisa de Colauto *et al.* (2009).

Além do investimento em Ativos Intangíveis, a Tabela 3 apresenta o Grau de Intangibilidade (GI), que representa a relação entre o Valor de Mercado e o valor do Patrimônio

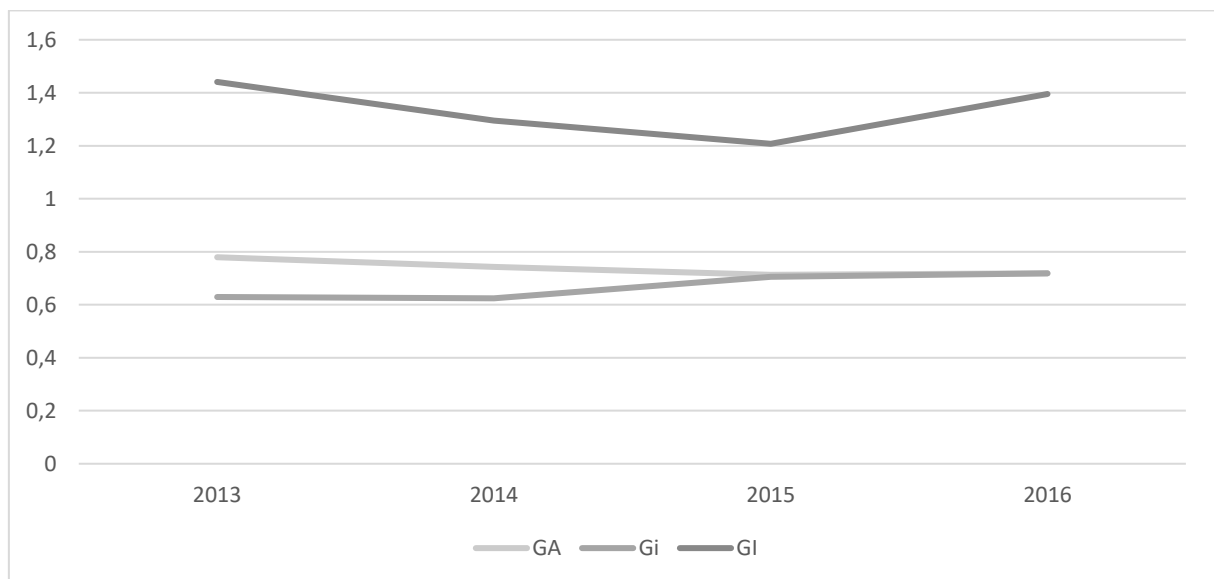
Líquido Contábil. Essa relação visa observar a expectativa dos investidores frente a uma determinada empresa, dessa forma, podemos observar que a expectativa dos investidores oscila em cerca de 133,46%, refletindo as características das empresas listadas no Segmento do Novo Mercado.

Por fim, a Tabela 3 apresenta o Grau de Aderência (GA), composto da média total anual do Grau de Aderência das empresas ao CPC 04 (R1). Esses dados foram discriminados na subseção 4.2, a Tabela 3 apenas apresenta-os de maneira condensada, estando de acordo com a média amostral observada de 73,84%. Com base nesses dados foi elaborado uma análise bivariada entre as variáveis, Gi, GI e GA em destaque na próxima subseção.

4.4 ANÁLISE BIVARIADA

A análise bivariada foi composta de testes estatísticos, objetivando estudar se havia uma relação observável entre os dados. A partir dessas análises foi elaborado o Gráfico 3 que descreve o comportamento das variáveis no período observado.

Gráfico 3 – Comportamento das variáveis no período.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2018)

O gráfico 3 apresenta o comportamento das variáveis no período analisado, contudo, ele não permite obter uma conclusão quanto a relação entre as mesmas, apesar de GA e Gi se comportarem de maneira parecida tanto em 2015, quanto em 2016, o teste de Pearson apresentou o valor -0,832368833, indicando que não há uma relação direta entre o investimento em Ativos Intangíveis e o Grau de Aderência das informações contábeis. O mesmo pode ser verificado, com menor índice de razoabilidade, entre Gi e GI onde o teste de Pearson apresentou

-0,264740891. Ao contrário do teste realizado entre GA e GI que apresentou uma relação positiva, ainda que não seja tão significativa, de 0,657036545. Portanto, ainda que o teste de Pearson não apresente um efeito causal, como o teste de Granger, ele indica a existência de uma relação relativamente significativa entre a qualidade das informações apresentadas e o valor que os acionistas observam nas empresas analisadas.

4.5 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

As empresas listadas no Novo Mercado apresentam um alto índice de aderência as normas contábeis em vigor no Brasil. Como o Grau de Aderência pode ser interpretado como um indicador do Grau de Evidenciação (*disclosure*), pela mesma lógica, ainda que a etapa do processo contábil “evidenciação” tenha apresentado um baixo desempenho, as empresas analisadas apresentam um alto índice de evidenciação, como observado pelos autores [AVELINO; PINHEIRO; LAMOUNIER (2012), MACHADO; VICTOR; MATTS (2016), FILLIPIN; BRIZOLLA; MARQUES DE ANDRADE (2017)].

O reconhecimento contábil ainda é a principal etapa observada pelas empresas com 80,79% de aderência, assim como o processo de mensuração que apresentou 80,72%, fato que talvez ocorra pelo alto índice de normatização que pode ser observado no CPC 04 (R1). Já a etapa de evidenciação, fica a critério do profissional responsável pela elaboração das Notas Explicativas, o que leva em consideração a interpretação do profissional quanto aos dados que devem ser apresentados, por esse motivo a pesquisa observou que as empresas aderiram em um grau de 59,90% a norma utilizada no estudo.

O trabalho ainda constata que não existe uma relação evidente entre o tamanho dos setores no segmento do Novo Mercado e o Grau de Aderência das normas. Essa análise foi feita por meio da parametrização das médias amostrais por meio de média ponderada e aplicando-se o teste de Pearson para verificar se existia algum coeficiente de correlação entre as matrizes de observação. Por outro lado, verificou-se uma relação significativa entre o Grau de Aderência GA e o Grau de Intangibilidade GI, sendo o Grau de Intangibilidade o índice que permite medir a expectativa de rentabilidade futura das empresas pelos investidores [NASCIMENTO *et al.*, (2012)]. O mesmo não foi observado nas análises bivariadas entre o Grau de Investimento em Ativos Intangíveis Gi, e GA, assim como na análise entre Gi e GI.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estudo teve como objetivo elucidar o Grau de Aderência das Notas Explicativas de empresas listadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa, entre 2013 e 2016, tendo como objeto de estudo os Ativos Intangíveis, em conformidade a norma do CPC 04 (R1), assim como verificar possíveis relações entre a qualidade das informações apresentadas e a composição do Ativo Intangível no balanço patrimonial, expectativa dos investidores por meio da análise do Grau de Intangibilidade das empresas e setorização do segmento de mercado analisado.

A análise segmentar de mercado, permite observar propriedades dos mesmos, auferindo quais qualidades compõem as características das empresas. As Notas Explicativas, como importante ferramenta para a evidenciação do processo contábil, é uma fonte inesgotável de informações para esses estudos. Pois, como revelado no referencial teórico, deformidades nas demonstrações contábeis, ocasionam efeitos adversos podendo, em diferentes prazos, prejudicar o desenvolvimento da empresa. Sendo assim, a divulgação de poucas informações, limitam o entendimento dos investidores, da verdadeira situação financeira das empresas, enquanto, que na mesma medida, excesso de informações, pode ofuscar uma análise das características da empresa, uma vez que informação em excesso tende a minimizar os pontos negativos.

As empresas estudadas, apresentaram um bom desempenho médio, tendo aderido a 73,84% da norma, como elaborado em *checklist*. O destaque positivo foi a companhia Renner S. A., que apresentou 100% de aderência a norma CPC 04 (R1). A etapa do reconhecimento, apresentou resultado elevado de 80,79% de aderência das empresas, seguido pela mensuração com 80,72%, corroborando com pesquisas anteriores que indicam o maior zelo das empresas em apresentar essas etapas primárias. Já a etapa da evidenciação – novamente concordando com estudos anteriores – apresentou o pior desempenho com 59,90%, conforme elucidado pelos teóricos é uma possível decorrência da puerilidade da contabilidade nacional, pois até a lei nº 11.638/07, não era costumeiro o contador ter autonomia além das legislações, para decidir quais informações considera relevante ao fato contábil ou não.

A proposta do estudo foi constatar o grau de aderência – e por consequência o grau de evidenciação – a norma do CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, das empresas listadas no segmento do Novo Mercado da bolsa. Tendo sido verificado que as empresas desse segmento

apresentam um alto índice de aderência a norma, ainda que apresentem um baixo desempenho na evidenciação dos fatos contábeis, comparativamente ao reconhecimento e mensuração.

Também se verificou que não existe uma relação observável entre os setores que compõem o segmento e o desempenho das empresas. Já quanto aos demais critérios de análise, observou-se uma relação, ainda que mínima entre o nível de evidenciação (*disclosure*) das empresas e o Grau de Intangibilidade, revelando que o mercado reage positivamente ao desempenho e qualidade das informações contábeis apresentadas. O mesmo não pode ser verificado entre as demais variáveis analisadas.

Quanto as limitações da pesquisa, destacamos o tamanho da amostra, composto por 30 empresas e o período de análise de 4 anos. Uma amostra composta por 60 empresas ou mais, do segmento Novo Mercado, reduziria o erro esperado para 1%, além disso, a amostra por tipicidade, limitada a características destacadas, propicia uma análise de eventos controlados, o que não necessariamente representa a realidade da população estudada. Já a série temporal foi limitada ao mínimo necessário para o bom emprego das ferramentas estatísticas, sendo recomendado um período superior a quatro anos.

Entre as recomendações para pesquisas futuras, os autores destacam o uso de análise econométrica para identificar as características da relação entre o Grau de Aderência e o Grau de Intangibilidade, pois os resultados obtidos baseiam-se em análise estatísticas simples, sendo necessário uma pesquisa mais elaborada nesse sentido para confirmar essa relação. Da mesma forma, os autores recomendam uma análise comparativa entre segmentos de mercado semelhantes, com base na norma estadunidense “ASC 350 - *Intangibles — Goodwill and Other*” e a norma CPC 04 (R1). Um estudo comparativo, da aderência das normas, pode revelar características que o mercado brasileiro tem deixado de aproveitar, especialmente com relação a evidenciação das informações contábeis.

REFERÊNCIAS

AKERLOF, G. The Market for ‘lemons’: quality uncertainty and the Market mechanism. **The Quarterly Journal of Economics**, Vol. 84, No. 3. (Aug., 1970), pp. 488-500. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=00335533%28197008%2984%3A3%3C488%3ATMF%22QU%3E2.0.CO%3B2-6>> Acesso em 26 set. 2017

AVELINO, B., C., PINHEIRO, L., E., T., LAMOUNIER, W., M. Evidenciação de ativos intangíveis: estudo empírico em companhias abertas. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 14, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/45399>> Acesso em: 01 mar. 2018

BRASIL. **ORIENTAÇÃO TÉCNICA OCPC 07**: evidenciação na divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Brasília, 2014. Disponível em <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/488_OCPC_07_Orienta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2017.

CAMPOS, C., LEMES, S. Ensino de Notas Explicativas nos Cursos de Ciências Contábeis de universidades públicas brasileiras. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba, v. 12, n. 1, p. 249-282, 1. sem. 2013. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/view/2309/pdf>> Acesso em: 01 mar. 2018.

CARVALHO, F. M. **Análise da utilização dos indicadores essenciais da Global Reporting Initiative nos relatórios sociais em empresas latino-americanas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/113>> Acesso em: 01 set. 2017.

COLAUTO, R. D *et al.*. Evidenciação de Ativos Intangíveis Não Adquiridos nos Relatórios da Administração das Companhias Listadas nos Níveis de Governança Corporativa da Bovespa. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 142-169, 1. Sem. 2009 Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/577>> Acesso em 01 mar. 2018

COMITÊ DE ORIENTAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO MERCADO. **Pronunciamento de Orientação N° 19, de 09 de março de 2016**. São Paulo: 2016. Disponível em: <http://www.codim.org.br/downloads/PO_CODIM_n_19_Melhores_Praticas_Divulgacao_Notas_Explicativas_20160309.pdf>. Acesso em: 30 maio 2017.

COMITÊ DE ORIENTAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO MERCADO. **Pronunciamento de Orientação N° 20, de 09 de junho de 2016**. São Paulo: 2016. Disponível em: <http://www.codim.org.br/downloads/PO_CODIM_N_20.pdf>. Acesso em: 01 maio 2017

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Resolução CFC nº 1055/05**. [S.l], 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=35>>. Acesso em: 01 maio 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE **Resolução 2015/NBCTG21(R3)**. 2015. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2015/NBCTG21\(R3\)](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2015/NBCTG21(R3))> Acesso: 01 mai. 2017

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE **Resolução 2015/NBCTG26(R3)**: Altera a NBC TG 26 (R2) que dispõe sobre apresentação das demonstrações contábeis. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTG26\(R3\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTG26(R3))> Acesso: 01 mai. 2017

DIAS, L. N. S. **Análise da utilização de indicadores do Global Reporting Initiative (GRI) nos relatórios sociais em empresas brasileiras.** 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.308/index.php/pensarcontabil/article/view/113>> Acesso em: 01 set. 2017.

EDVINSSON, L. The new knowledge economics. **Business Strategy Review**, v. 13, n.3, p. 72- 6, Autumn 2002.

FILIPIN, R., BRIZOLLA, M., M., B., MARQUES DE ANDRADE, A., C. Disclosure dos ativos intangíveis em empresas listadas no novo mercado da BM&FBovespa. Gramado, 2017. **Anais...** Gramado: In. XVI Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul. 2017. Disponível em: http://www.crcrs.org.br/arquivos/XVICCRS/trabalhos_cientificos/848_disclosure_ativos_intangiveis.pdf Acesso em: 01 mar. 2018

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GALLON, A., V.; BEUREN, I., M.; HEIN, N. Evidenciação Contábil: itens de maior divulgação nos relatórios da administração das empresas participantes dos níveis de governança da Bovespa. **Revista Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 141-165, 1. sem. 2008. Disponível em: <https://cggamg.unb.br/index.php/contabil/article/viewFile/243/pdf_107> Acesso em: 01 mar. 2018

GARCIA, E., L., M., SANCHES, S., L., R., IGARASHI, D., C., C. Evidenciação dos ativos biológicos nas melhores e maiores empresas do setor de celulose e papel: uma comparação entre empresas abertas e fechadas. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 16, n. 32, p. 20-36, 1. sem. 2016. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/47785/evidenciacao-dos-ativos-biologicos-nas-melhores--->> Acesso em: 01 mar. 2018.

GOULART, A. M. C. **Evidenciação Contábil do Risco de Mercado por Instituições Financeiras no Brasil.** 2003. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-08122003-122400/pt-br.php>> Acesso em 26 set. 2017

HENDRIKSEN, E. S. VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999. 550 p.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS - IAS. IAS 38 : **intangible assets.** [S.l.], 1998. Disponível em: <<http://www.iasplus.com/en/standards/ias/ias38>>. Acesso em: 1 mai. 2017

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

IUDÍCIBUS, S. de. **Análise de balanços.** 10°. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LANGE, O., **Introdução a econometria.** 1. ed. Brasil: Editora Fundo de Cultura, 1963.

LOPES, A., MARTINS, E.; **Teoria da contabilidade**: uma nova abordagem. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA, A.; RIGO, V. P.; PASQUAL, L. D. A evidenciação dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis: uma análise nas dez maiores empresas listadas na BMFBovespa. **Unoesc&Ciência**, Joaçaba, v. 3, n. 2, p. 221-232, 2. sem. 2012. Disponível em: <<https://editora.unoesc.edu.br/index.php/acsa/article/download/2150/pdf>> Acesso em: 01 mar. 2018.

MACHADO, V. N.; VICTOR, F. G.; MATTS, J. S. Ativos biológicos: uma análise da aderência ao cpc 29 pelas companhias listadas na bm&fbovespa de 2007 a 2015. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 35-52, 2. sem.2016. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/71660>> Acesso em: 01. Mar 2018

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NASCIMENTO, E. *et al.* Ativos intangíveis: análise do impacto do grau de intangibilidade nos indicadores de desempenho empresarial. **Enfoque Reflexão Contábil**, v. 31, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/41498/ativos-intangiveis--analise-do-impacto-do-grau--->> Acesso em: 01 mar. 2018

PENMAN, Stephen H.; PENMAN, Stephen H. **Financial statement analysis and security valuation**. New York: McGraw-Hill, 2007.

PEREZ, M.; FAMA, R. Ativos Intangíveis e o desempenho empresarial. **Rev. contab. finanç.**, São Paulo, v. 17, n. 40, p. 7-24, 1. sem. 2006 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v17n40/v17n40a02.pdf>> Acesso em: 01 mar. 2018

PONTE, V., M., R.; OLIVEIRA, M., C. A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 15, n. 36, p. 7-20, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151970772004000300001&script=sci_abstract&tlng=en> Acesso em: 01 mar. 2018

RAUPP, F.M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

REINA, D.; ENSSLIN, S. R.; BORBA, J., A. Evidenciação voluntária do capital intelectual nos relatórios da administração em empresas do novo mercado no ano de 2006. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 9, n. 15, p. 1-21, 1. sem. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/11328>> Acesso em: 01 mar. 2018

RICHARDSON, R.,J. **Pesquisa social** : métodos e técnicas 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RITTA, C., O.; ENSSLIN, S., R. Investigação sobre a relação entre ativos intangíveis e variáveis financeiras: um estudo nas empresas brasileiras pertencentes ao índice IBovespa nos anos de 2007 e 2008. São Paulo, 2010: **Anais...**São Paulo In: Congresso USP de

Controladoria e Contabilidade. 2010. Disponível em: <
www.congressosp.fipecafi.org/anais/artigos102010/231.pdf> Acesso em: 01 mar. 2018.

RODRIGUES, S.; GALDI, F., C. Relações com investidores e assimetria informacional. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 28, n. 74, p. 297-312, 2017. Disponível em: <
http://www.scielo.br/pdf/rcf/v28n74/pt_1808-057X-rcf-1808-057x201703630.pdf> Acesso em 01 mar. 2018.

SANTOS, N., N., F. et al. Nível de evidenciação obtido na divulgação das Notas Explicativas de instrumentos financeiros derivativos segundo a deliberação CVM nº 550/08. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 175-196, 2. sem. 2010. Disponível em: <
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2010v7n13p175>> Acesso em 01 mar. 2018.

SANTOS, V. D. et al. Evidenciação dos derivativos nas Notas Explicativas das empresas dos segmentos de papel e celulose e de carnes e derivados. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 17, n. 3, p. 98-118, 2012. Disponível em: <
<http://www.spell.org.br/documentos/ver/9336/evidenciacao-dos-derivativos-nas-notas-explicativas-das-empresas-dos-segmentos-de-papel-e-celulose-e-de-carnes-e-derivados>>
 Acesso em: 01 mar. 2018

SPIEGEL, M., R. **Estatística**. Coleção Schaum. Bookman Editora, 1968

SPIEGEL, M., R. **Probabilidade e Estatística**. Coleção Schaum. Bookman Editora, 1978.

APÊNDICE A (Continua)

Reconhecimento	Parágrafos do CPC 04 (R1)
1. O ativo intangível é identificado (alienação, direitos contratuais, etc.)?	CPC 04 (R1); 11, 12, 48 ao 64
2. Ele é diferenciado, (ágio, goodwill, etc)?	CPC 04 (R1); 11, 12
3. A empresa apresenta evidências para o seu critério no reconhecimento dos Ativos Intangíveis?	CPC 04 (R1); 12 ao 15, 18, 21 ao 23
4. A empresa utiliza grupos de Ativos Intangíveis complementares (agrupamento de intangíveis com vida útil semelhante)?	CPC 04 (R1); 11 e 37
5. A empresa apresenta evidências que sustentem as suas avaliações dos benefícios econômicos futuros?	CPC 04 (R1); 13 ao 17, 47
6. A empresa reconheceu as formas de aquisições dos Ativos Intangíveis?	CPC 04 (R1); 13 ao 16, 25, 26, 33 ao 37, 44 ao 64
Mensuração	Parágrafos do CPC 04 (R1)
7. Tendo sido adquirido um ativo intangível por combinação de negócios e cumprindo todos os critérios de identificação, foi evidenciado a aquisição por valor justo, ou custo?	CPC 04 (R1); 35 ao 37
8. Verifica-se ganhos ou perdas provenientes da baixa, perda ou alienação dos Ativos Intangíveis?	CPC 04 (R1); 113, 115.a
9. O ativo intangível, apresenta amortização ou perda acumulada?	CPC 04 (R1); 74 ao 87, 97 ao 99, 101, 104, 107, 109, 118, 122.b,
10. O ativo intangível sofre reavaliação?	CPC 04 (R1); 72, 75 ao 77, 79 ao 87, 118.e(ii ao iv), 120, 122 ao 125

Evidenciação	Parágrafos do CPC 04 (R1)
11. Ela justificou o uso de dados observáveis?	CPC 04 (R1); 80.a, 118.e(viii)
12. Tendo utilizado dados observáveis ela evidenciou esses dados?	CPC 04 (R1); 67, 69 e 118
13. É identificado o prazo de vida útil, se houver? Sendo reconhecido o prazo de vida útil, é identificado o método de amortização?	CPC 04 (R1); 88 ao 96, 98, 118 b
14. Os ativos são identificados como mantidos para vendas? (EXCLUIDA)	CPC 04 (R1); 3.h 19, 118.e(ii)
15. É identificado reavaliações por perda ou desvalorização?	CPC 04 (R1); 8, 80.a 113, 115, 118: